



ORGANIZADORES
MARIA CRISTINA DA SILVA
MÔNICA FERNANDES RODRIGUES DUHART
PATRÍCIA CAROLINA DE SOUZA PEREIRA

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS
**SÍNDROME
DE DOWN**



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS
SÍNDROME
DE DOWN

ORGANIZADORES

Maria Cristina da Silva
Mônica Fernandes Rodrigues Duhart
Patrícia Carolina de Souza Pereira

COLABORADORES DA ATUALIZAÇÃO DE 2019

Poliana Moreira Pereira Rocha
Silvia Mara Garcia de Lima

COLABORADORES DA PRIMEIRA VERSÃO

Adriele Caroline Siqueira
Anne Diniz Salgado Estela Fernandes Quintino
Simone de Lima Santos

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS
SÍNDROME
DE DOWN**



Dados internacionais de catalogação-na-publicação
Biblioteca Central da UNIFENAS

Práticas pedagógicas inclusivas: síndrome de Down [recurso eletrônico]/. -- Organizado por Maria Cristina da Silva, Mônica Fernandes Rodrigues Duhart, Patrícia Carolina de Souza Pereira; colaboradora Poliana Moreira Pereira Rocha, Sílvia Mara Garcia de Lima. -- Alfenas, 2019.
1 livro digital

Modo de acesso:

<https://www.unifenas.br/extensaocursosonline/index.asp>

Formato: PDF

1. Síndrome de Down I. Silva, Maria Cristina da, org.
II. Duhart, Mônica Fernandes Rodrigues, org. III. Pereira, Patrícia
Carolina de Souza, org. IV. Lima, Sílvia Mara Garcia de, colab. V.
Rocha, Poliana Moreira Pereira, colab VI. Universidade José do
Rosário Vellano CDU: 616.899

Zélia Fernandes Ferreira Miranda
Bibliotecária CRB6 1486

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 O QUE É?	6
2 CAUSAS	7
3 CARACTERÍSTICAS	8
4 DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO	9
5 ORIENTAÇÕES GERAIS	11
6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	13
7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	15
8 IMPLICAÇÕES LEGAIS	17
MAPA MENTAL	19
INFOGRÁFICO	20
REFERÊNCIAS	21

APRESENTAÇÃO

Para auxiliar os professores em suas atividades pedagógicas com os alunos que possuem Síndrome de Down, este curso foi criado para apresentar uma breve visão do transtorno global do desenvolvimento e de práticas pedagógicas inclusivas específicas para este público, que podem estimular o desenvolvimento, a criatividade, a expressão, o interesse e desenvolvimento.

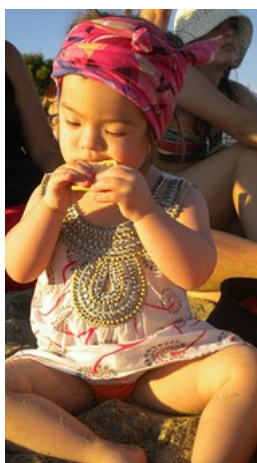
As implicações legais existem e vem se atualizando cada vez mais, dando mais autonomia, direitos e espaço à pessoa com a síndrome. É uma diferença que deve ser respeitada e amada, como outro ser humano qualquer.

“O amor não conta cromossomos, mas supera qualquer diferença!”

1 O QUE É?

A Síndrome de Down é dada pela mutação genética, não sendo hereditário. Mais especificamente é um erro causado no momento da divisão embrionária, que consiste em um número a mais de cromossomo 21, trissomia 21.

Essa síndrome ocorre de forma igual para os meninos e meninas, sendo uma anomalia congênita mais comum. Sabendo que o material genético presente em cada ser humano é o que o caracteriza, um cromossomo a mais acarretará em algo diferente do que se espera.



Geralmente, a alteração cromossômica, desse tipo ou de outro, são comuns no instante da concepção. Caso ocorra um número grande de alterações cromossômicas, o embrião não se desenvolve, acarretando em abortos espontâneos. Já a Síndrome de Down, a mais comum, é a única que permite o desenvolvimento do embrião, ocorrendo em todas as raças e em todos os países.

A Síndrome de Down é um conjunto de sinais e sintomas que definem o atraso no desenvolvimento das atividades mentais e motoras, mas o mais importante, é saber que a criança ou jovem, é capaz de atingir um ótimo desenvolvimento, avançando com progressivo grau de autonomia e realização. Conquistando, assim, um lugar digno e exclusivo na sociedade.

2 CAUSAS

Algumas ferramentas que explicam o processo de divisão que leva à síndrome:

- Um breve resumo da causa da Síndrome de Down: **Movimento Down**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qkz9OKIBrvI>>
- Trissomia 21: toda explicação da aneuploidia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SNJ7JeK6M1I>>



Não são todas as células que apresentam o cromossomo 21, proporcionando à criança menos características físicas usuais da síndrome de Down, bem como maior capacidade intelectual.

3 CARACTERÍSTICAS

O jovem ou a criança com Síndrome de Down possui atraso em seu desenvolvimento causado por alteração cromossômica, variando de formas leves, em que as pessoas conseguem viver de forma independente, até formas severas, em que possuem total dependência. Embora existam várias características, pode ser que o indivíduo possua apenas alguns deles, sendo os sinais físicos comuns em quase todos:

- Boca pequena com a língua grande e pesada;
- Orelhas mais baixas que o normal;
- Olhos inclinados, puxados para cima, devido às pregas nas pálpebras;
- Nariz achatado e pequeno;
- Membros curtos;
- Baixa estatura;
- Largas mãos com dedos curtos e apenas uma linha na palma mão;
- Espaço maior entre o dedão do pé e os demais dedos;
- Baixo tônus muscular;
- Atraso no desenvolvimento motor;
- Retardo mental leve ou moderado;
- Excesso de peso;
- Delonga no desenvolvimento da linguagem.



Síndrome de Down – Qual a diferença

Drauzio Varella explica as características mais recorrentes, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F0dnDebe0NM>>

4 DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO

O diagnóstico da Síndrome de Down pode ser descoberto durante a gravidez por meio de exames específicos de translucência lúcal, cordocentese e amniocentese. Esses exames não são comuns a toda grávida, é solicitado quando a mãe apresenta mais de 35 anos ou quando a gestante possui a Síndrome de Down. Também quando a mãe já teve alguma criança com Síndrome de Down ou caso haja alguma alteração no ultrassom que leve à suspeita, e ainda, se o pai tiver Síndrome de Down.

A gestação de um bebê com Síndrome de Down é comum como de uma criança que não a possui, embora sejam necessários mais exames que avaliam a saúde e o desenvolvimento dele.

Quando e como são realizados os exames para o diagnóstico durante a gravidez:

Quando é feito	Exame	Como é feito
9 semanas de gestação	Coleta de vilosidades coriônicas	Consiste na retirada de uma pequena quantidade de placenta, que possui material genético idêntico ao do bebê.
10a a 14a semanas de gestação	Perfil Bioquímico Materno	Consiste na realização de dois exames que medem a quantidade de uma proteína e da quantidade do hormônio Beta HCG produzidos na gravidez pela placenta e pelo bebê.
12 semanas de gestação	Translucência nuchal	Pode ser realizada com, uma ultrassonografia que mede o comprimento da nuca do bebê.
13a a 16a semanas de gestação	Amniocentese	Consiste na retirada de uma amostra do líquido amniótico.
18 semanas de gestação	Cordocentese	Consiste na retirada de uma amostra de sangue do bebê pelo cordão umbilical.

Fonte: Sedicias, S. (2017)

Não existe tratamento para as pessoas com Síndrome de Down, o que existem são formas de reabilitar, inserindo-as na sociedade, ensinando-lhes o autocuidado e individualidade, oferecendo melhor qualidade de vida a elas. Existem exames que são solicitados frequentemente para o acompanhamento, devido às patologias existentes.



Vale ressaltar que o mais importante para assegurar um bom convívio social e um bom desenvolvimento da criança, é um ambiente familiar saudável e lugares para parte de sua convivência, como a escola. Além de pais disponíveis e interessados com a educação e crescimento da criança, é necessário que tenha a contribuição de professores e terapeutas, que instigam a imaginação, criatividade e a inclusão total, gerando a magnitude de resultados positivos.

Os cuidados com a criança com Síndrome de Down não podem ser muito diferentes do que se faz com uma criança sem a Síndrome, é o mesmo processo de contribuir para o crescimento, acompanhar cada aprendizado, criar com amor e carinho, de forma espontânea e natural, acolhendo e respeitando suas limitações.

5 ORIENTAÇÕES GERAIS

Os alunos com Síndrome de Down não manifestam a mesma facilidade de aprendizagem como o aluno que não a possui. Eles apresentam dificuldades e fragilidades que variam de cada um. Mesmo diante das limitações já estudadas que eles apresentam, o aluno é capaz de realizar suas atividades, pelo contrário, quanto mais estímulos e intervenções eles receberem, maior será sua resposta, mais potencializadas serão suas habilidades.



Pensando em cada uma dessas dificuldades, apresentam-se algumas estratégias para melhor adesão no aprendizado do jovem com a síndrome:

- Para dificuldade visual: é importante que o aluno fique próximo ao data show ou quadro, utilizando letras maiores e seja específico ao explicar o conteúdo dentro de sala de aula.
- Para Dificuldade de audição: Reforce o discurso com expressões faciais, sinais ou gestos, com material de apoio visual, explorem figuras, fotos e objetos e sempre repita para o aluno os comandos e explicações.
- Para dificuldade de fala e linguagem: Crie oportunidades para que o aluno possa se comunicar, se expressar com outras pessoas, procurando falar sempre olhando um nos olhos do outro, utilizando linguagem mais simples. Para uma boa aprendizagem, é importante verificar o entendimento; peça para que o aluno repita as instruções que lhe foram passadas, sempre o observando em suas maiores dificuldades.
- Para capacidade de concentração mais curta: Elabore tarefas curtas, focalizadas e definidas claramente; desenvolva atividades criativas, respeitando suas limitações

de raciocínio, e explore outras mídias, como o trabalho no computador, que também estimula seu interesse e concentração.

- Generalização, pensamento abstrato: É importante que se utilize variedades de materiais e métodos que auxiliem no desenvolvimento do conceito abstrato, reforce com materiais concretos e entre outros, transmita explicações claras e objetivas, ao propor desafios com problemas.

6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A educação inclusiva envolve uma educação para todos, dando a cada um o seu espaço, proporcionando a todas as pessoas a oportunidade de construir e se desenvolver a partir de suas capacidades, se expressar, integrando e interagindo com as atividades que envolvem os colegas, cada um com sua singularidade. Na escola inclusiva, não existem restrições e separações dos alunos, todos se igualam em suas contendas (PEREIRA et al, 2016).

O professor deve propor atividades que despertem a aprendizagem dos alunos, dando sempre um contexto que estimule seu pensamento, em que ele mesmo seja capaz de organizar. A tarefa feita pelo professor deve ser igual para todos, levando-se em consideração as limitações de cada um, quanto a sua adaptação.

As práticas pedagógicas de leitura, escrita e oralidade vêm sendo adaptadas de acordo com as características de cada um, para a partir daí, poder conhecer melhor o aluno, em suas limitações e suas habilidades.

Aplicar atividades como associar imagens com o que ela se refere, por exemplo, mostrar imagens e perguntar se é uma paisagem natural ou humanizada; ou ainda associar a embalagem com as informações que ela apresenta. Isso possibilita ao aluno, que ele mesmo faça sua comparação visual, vendo o seu nível de dificuldade de interpretação e a habilidade escrita.

Além disso, o professor pode propiciar atividades que exijam um nível mínimo de atenção; incitar a memória de curto prazo com palavras ou tempos que se conectem com a vida afetiva e cotidiana do educando; incentivar o repertório verbal, mostrando a cada ação uma palavra e a cada palavra uma ação; estimular a discriminação visual auditiva e fazer uma atividade de cada vez.



Dar a eles a autonomia nas pequenas coisas do dia a dia, dando oportunidade e atribuindo tarefas, atividades que promovam o conhecimento de músicas, jogos individuais e coletivo; conceitos matemáticos com desafios de situação-problema; de mundo, geografia, história e ciências.

É importante que o professor crie, na sala de aula, situações que permitam trabalhos em grupo, para maior interação, melhor convívio e resultados nas dinâmicas. Dando-lhes atenção, sabendo que este é um elemento crucial para a expansão dos processos cognitivos.

Para os jovens na faculdade também não é diferente, qualquer processo de aprendizagem já citado deve envolver motivação, afeto e respeito à sua forma única de ser. É impossível que se consigam fazer entender e haja desenvolvimento da parte deles, sem que haja incentivo, só assim, você, professor, irá despertar o interesse deles.

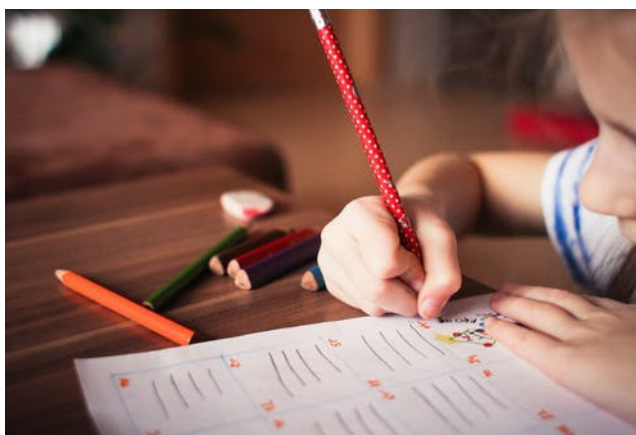
A partir da convivência, as necessidades do ser humano surgem, uma vez que ele se distingue de tudo pela ação e palavra.

7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo de desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down caracteriza-se em dois aspectos: o ritmo, que resulta no tempo que é levado para realizar as atividades propostas; e a sequência: é a forma em que realizam suas habilidades (forma de sentar, levantar, andar etc.). O ritmo requer respeito, paciência e atenção, pois pode ser mais lento, visto que depende da característica de cada um; já a sequência é quase a mesma de todos em geral.

Para saber em qual estágio o aluno está em seu aprendizado, como progrediu e para ajudar a melhorar e articular os próximos ensinamentos, é necessário que seja avaliado o progresso e o desempenho a partir do que já foi aplicado.

Para avaliar o desenvolvimento do aluno, o professor deve se atentar para a sua capacidade de compreender o que foi dito, observando se sua expressão condiz com o assunto, podendo demonstrar seu entendimento de formas diversas: desenhos, com algum objeto e também por movimentos corporais.



Além disso, deve-se associar não só seu avanço em relação ao ensino, mas também ao que foi oferecido a ele, sabendo das suas dificuldades de aprendizagem, como a fala, a memória e a linguagem, é preciso que os professores não fiquem apenas com suas explicações faladas, mas ampliar sua forma de explicar, pois eles absorvem bem quando os professores utilizam de materiais, que são visuais ou multissensoriais.

Quando o professor opta em dar ao aluno com Síndrome de Down atividades individualizadas, também há uma grande adesão, porém, deve-se evitar, uma vez que é

importante estarem ligados aos demais alunos da classe nos momentos de aprendizagem. O plano de ensino pode ser individualizado, de forma a planejar estratégias de ensino que sejam eficazes, mesmo que apresentem comprometimento com as habilidades que eles apresentam, estudos mostram que as intervenções bem elaboradas, podem apresentar pontos positivos e contribuir para sua efetivação (VITAL et al., 2015).

8 IMPLICAÇÕES LEGAIS

As pessoas com a deficiência têm direitos que são garantidos pela lei, incluindo o acesso à educação, preferência em atendimentos dos hospitais públicos, transporte acessível, dentre outros. Podemos citar:

- LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996:

Da Educação (PREVIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996)

- Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

- § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

- § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

- Resolução CNE/CEB no 2/2001 (Presidente da Câmara de Educação Básica, 2001), que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- LEI no 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001 (PREVIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001). que estabeleceu prioridades pelo dever constitucional e as necessidades que as crianças possuem, dando-lhes a garantia do ensino fundamental obrigatório até sua conclusão, com recursos pedagógicos apropriados às suas necessidades.
- RESOLUÇÃO No 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009), que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

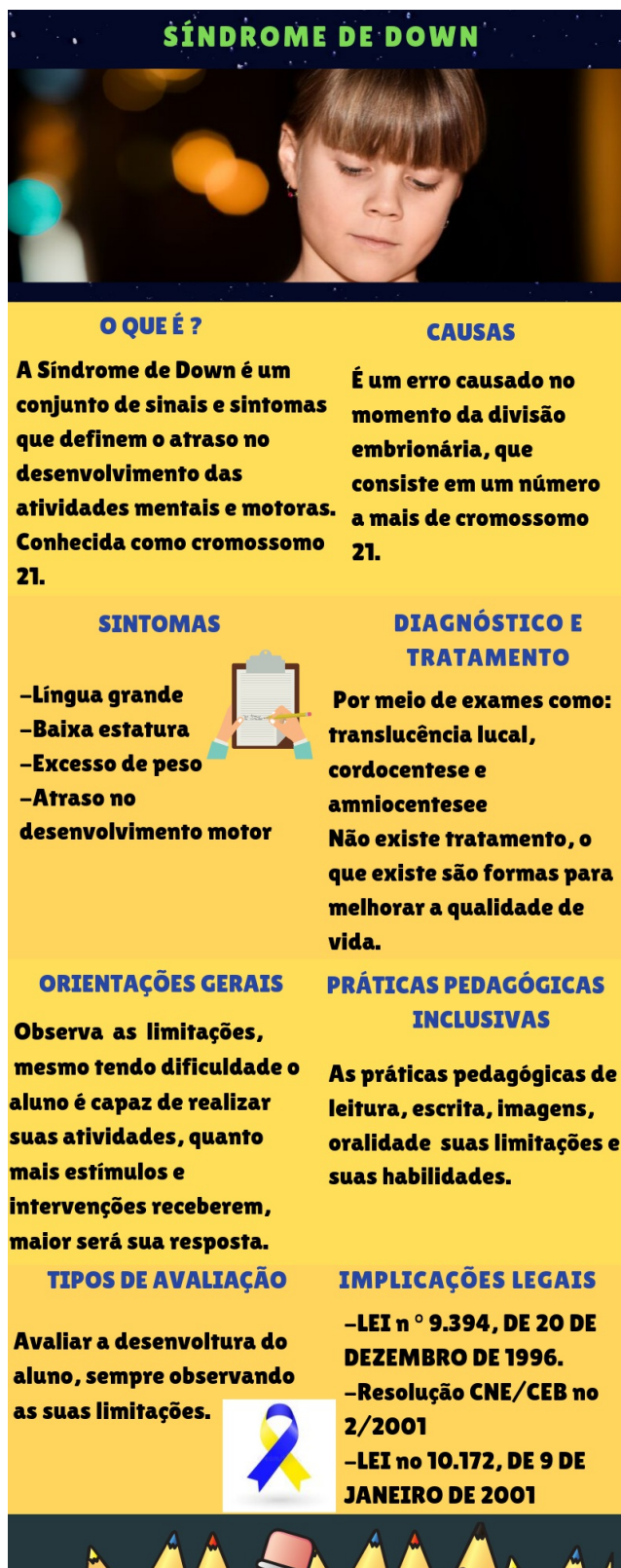


No dia 3 de janeiro de 2016, entrou em vigor no Brasil o Estatuto das Pessoas com Deficiência (EPD), também chamado de Lei Brasileira de Inclusão, a qual garante inclusão social e cidadania, além do acesso à saúde e educação. Os avanços da Lei trouxeram a isenção de pagamentos de matrículas e mensalidades (ROBSON, T.; 2015).

MAPA MENTAL



INFOGRÁFICO



REFERÊNCIAS

ALBERTO, P. C. D.; **Síndrome de Down**, Revista de pesquisa Atualização Clínica, jul 2014.

BRASIL. **Lei 9.394**. Disponível em: <<http://www.fnade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3308-lei-n%C2%BA-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

KOZMA, C.; **O que é síndrome de Down**. Disponível em: <http://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01_64_.pdf>. Acesso em: 25/05/2017.

MARTINHAGO, C.; **Síndrome de Down: sintomas, tratamentos e causas**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.minhavidacom.br/saude/temas/sindrome-de-down>>. Acesso em: 25/05/2017.

MARTINS, Lúcia. **Integração Escolar do Portador da Síndrome de Down**: um Estudo sobre a Percepção dos Educadores. 12 f. Artigo (Mestre) – Departamento de Educação, com atuação no curso de Pedagogia e na Pós-Graduação em Educação (UFRN).

MIGLIORINI, P. S.; **Síndrome de Down – Características que o pediatra deve saber portal pediatria**, abr 2017.

MOVIMENTO DOWN, **Educação e síndrome de Down**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/educacao/educacao-e-sindrome-de-down/>>. Acesso em: 26/05/2017.

PEREIRA, D. C. M.; SANTOS, D. A. M.; MENEZES, G. A.; GÓIS T. M. B.; **Escola e Síndrome de Down: práticas pedagógicas que promovem aprendizagem e inclusão**, 2016. Disponível em: <<https://fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc11.pdf>> Acesso em: 26/05/2017.

SHELLING, M. C. & CHIARO, S.; **Estratégias Pedagógicas utilizadas com crianças com deficiência: o que sinalizam as práticas**, 2012.

SEDICIAS, S.; **Como saber se o bebê tem síndrome de Down**, mar 2017. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/sindrome-de-down-na-gravidez/>>. Acesso em: 25/05/2017

SILVA, B. K.L.N.; **Inclusão escolar de uma criança com síndrome de Down**, IX Congresso Nacional de Educação, out 2009.

SOUZA, R. E. A. C.; **O uso de dicas específicas como estratégia de atenção seletiva em portadores da síndrome de Down**, Campinas, 1998.

VITAL, A. A. F.; MICCAS, C.; DUARTE, C. P.; ANTINO, M. E. F.; **Avaliação de alunos com síndrome de Down: aspectos cognitivo-linguísticos, educacionais e funcionais**, Revista Psicologia, São Paulo, set-dez 2015.